



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 467 - 13/07 a 17/07/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[STF já decidiu mais de 400 vezes pela competência da Justiça comum em casos de pejetização](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2026

O Supremo Tribunal Federal já declarou a competência da Justiça comum para analisar o contrato firmado entre pessoas jurídicas (PJs) — a chamada pejetização — em 408 reclamações constitucionais.

Os dados indicam a consistência do posicionamento do STF em relação ao Tema 1.389 de repercussão geral, que está pronto para ser julgado pela corte. Nesse julgamento, deverá ser fixada tese com efeito vinculante sobre a competência para analisar e julgar pedidos decorrentes de contratos empresariais.

Os magistrados que mais decidiram pela competência da Justiça comum foram Gilmar Mendes, com 141 decisões, André Mendonça (87), Dias Toffoli (44) e Alexandre de Moraes (39). Os quatro produziram 76% do total de decisões nesse sentido.

Entre 2021 e 2022, foram julgadas apenas 23 reclamações constitucionais sobre essa questão. Em 2023, o total subiu para 106 casos, saltando para 180 decisões em 2024. No ano passado, quando foi determinado o sobrestamento dos processos envolvendo o Tema 1.389, os ministros julgaram 98 ações em que decidiram pela competência da Justiça comum.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Confira os temas de repercussão geral reconhecidos pelo STF no primeiro semestre de 2026](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/07/2026

A sistemática da repercussão geral estabelece que, para ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), um recurso extraordinário deve ultrapassar os interesses das partes envolvidas e tratar de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico. Por isso, o Plenário, num primeiro momento, verifica se o recurso preenche esse requisito para somente depois julgar seu mérito e fixar uma tese que servirá de orientação para casos semelhantes em todo o Poder Judiciário.

[STF vai decidir se trabalhador mantém vínculo com a Previdência mesmo com contribuição menor que mínimo da categoria](#)

Supremo Tribunal Federal - 15/07/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se, mesmo com o recolhimento de contribuições previdenciárias em valor inferior ao mínimo mensal exigido para sua categoria, o trabalhador pode manter seu vínculo (qualidade de segurado) com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sem a necessidade de complementar o recolhimento. A questão é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1544748, que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1.467).

[Provas obtidas em WhatsApp de supervisora são consideradas inválidas para justa causa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/07/2026

O relator, ministro Amaury Rodrigues, assinalou que, ainda que tenha ocorrido de forma circunstancial, durante manutenção dos equipamentos, o acesso ao aplicativo caracte-

RADAR TRABALHISTA

rizou invasão da privacidade. “Não é dado ao empregador ler conversas privadas de seus empregados sem autorização”, destacou.

[CNPJ ativo não basta para provar que empresa continua em operação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/07/2026

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o fato de uma empresa manter uma filial e ainda ter seu CNPJ ativo não é suficiente para garantir a estabilidade a um ex-empregado que integrava a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) de uma unidade cujas atividades foram encerradas. Por unanimidade, o colegiado rejeitou a ação pela qual o trabalhador de anular sentença contrária à sua pretensão.

[16ª Semana da Execução Trabalhista pode acelerar pagamento de créditos reconhecidos pela Justiça](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2026

Nas situações em que o devedor tenta evitar o cumprimento da decisão judicial, a Justiça do Trabalho conta com a atuação dos Núcleos de Pesquisa Patrimonial (NPPs). Equipes especializadas atuam para tentar localizar informações e algum patrimônio que possa garantir o pagamento dos valores devidos. Essa busca inclui a localização de bens móveis e imóveis, além de contas bancárias.

[Mantida responsabilidade da Petrobras por indenização à viúva de mergulhador terceirizado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/07/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a responsabilidade subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) pelo pagamento de indenização por danos materiais à viúva de um mergulhador terceirizado da Subaquática Engenharia S.A. que

RADAR TRABALHISTA

morreu numa operação de mergulho a serviço da estatal. Segundo o colegiado, o acidente decorreu da inobservância de normas de segurança no ambiente de trabalho, o que acarreta a responsabilidade da estatal.

[Empresa é condenada por expor na intranet empregados que ajuizaram ações trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/07/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) ao pagamento de R\$ 5 mil de indenização por danos morais a um empregado que teve seus dados divulgados em lista interna da empresa. Para o colegiado, a exposição de trabalhadores que ajuizaram ações trabalhistas contra o empregador é, em regra, discriminatória e viola direitos da personalidade.

[Correios terão de indenizar carteiro preso na carroceria de furgão durante assalto](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/07/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho elevou de R\$ 10 mil para R\$ 40 mil a indenização que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) pagará a um carteiro motorizado. Ele foi assaltado, ficou trancado na carroceria do carro e foi ameaçado de morte. Para os ministros, o valor de R\$ 10 mil é irrisório diante da gravidade da situação e do dano ao trabalhador.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Entidades sindicais têm prazo para atualizar dados cadastrais no CNES](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 17/07/2026

oi publicado no Diário Oficial da Uniao (DOU), em 6 de julho, o [edital de notificação](#) destinado a 169 entidades sindicais para a atualização dos dados de suas diretorias no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). As entidades relacionadas estão com os mandatos de seus dirigentes vencidos há mais de oito anos e terão o prazo de 180 dias para regularizar a situação. A medida decorre do procedimento periódico de verificação cadastral previsto na [Portaria MTE nº 3.472, de 2023](#). A convocação ocorre semestralmente, com base nas informações consolidadas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Com manifestação do MPT, TRT reforma sentença e reconhece dano moral a trabalhadora vítima de assédio sexual](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/07/2026

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) reformou sentença que havia negado indenização por danos morais a uma trabalhadora vítima de assédio sexual no ambiente de trabalho. Ao julgar o recurso, o Tribunal reconheceu o direito da vítima à reparação em decisão alinhada aos fundamentos apresentados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parecer nos autos, especialmente quanto à aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), diante das peculiaridades da produção de provas em casos de violência sexual.

[MPT e OAB promovem audiência coletiva em Rondonópolis para discutir empregabilidade e políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/07/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT), em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – 1ª Subseção de Rondonópolis (OAB Roo), por meio da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero, promoverá, em 23 de julho, às 14h, no Salão de Eventos da OAB Roo, audiência coletiva para debater a empregabilidade, a inclusão e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+.

[MPT-SE e TRE-SE alinham ações conjuntas de combate ao assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/07/2026

O Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) e o Tribunal Regional Eleitoral de

RADAR TRABALHISTA

Sergipe (TRE-SE) atuarão novamente em parceria para o combate ao assédio eleitoral. Nesta sexta-feira (17), a vice-procuradora-chefa do MPT-SE, Clarisse Farias Malta, se reuniu com a desembargadora presidente do TRE-SE, Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos, para discutir ações conjuntas de combate e enfrentamento ao assédio eleitoral. “O assédio eleitoral não é apenas um ilícito trabalhista; ele viola a dignidade da pessoa humana, a cidadania e a democracia que também devem ser garantidas no ambiente de trabalho.

[Assédio eleitoral: MPT participa de reunião promovida pelo TRE-MT com dirigentes partidários e contadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/07/2026

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) realizou, na manhã da última terça-feira (14), a 4ª Reunião com representantes partidários, advogados e contadores, em modalidade virtual. O encontro, que contou com a participação de cerca de 160 pessoas, abordou os sistemas de candidaturas (CANDex) e de prestação de contas eleitorais (Conta+JE), além de outros assuntos relacionados às Eleições Gerais de 2026, como o combate ao assédio.

[Liminar obriga empresa de Porto Velho \(RO\) a comunicar acidentes e doenças relacionadas ao trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/07/2026

A Justiça do Trabalho determinou que uma empresa de engenharia de telecomunicações com unidades em Rondônia e no Acre passe a comunicar, de forma imediata, acidentes e doenças do trabalho aos órgãos previdenciários e de saúde. A decisão liminar da 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO) é do dia 30 de junho e tem como base ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em Rondônia e Acre (MPT-RO/AC).

RADAR TRABALHISTA

[MPT celebra sanção de lei que amplia oportunidades de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/07/2026

O Estado do Piauí deu mais um importante passo na promoção da inclusão social e da ressocialização de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. Foi sancionada a Lei nº 9.029, de 1º de julho de 2026, que estabelece a reserva de vagas de emprego em contratos administrativos firmados pelo Estado para pessoas em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressas do sistema prisional.

[INSS é condenado por descumprir normas de saúde e segurança no trabalho em agências do ES](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/07/2026

A sentença proferida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES) foi confirmada em grau de recurso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, que manteve a condenação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao pagamento de R\$ 100 mil por dano moral coletivo. A decisão preservou a sentença da 13ª Vara do Trabalho de Vitória, ajuizada pela instituição ministerial, em decorrência do descumprimento reiterado a normas de meio ambiente do trabalho, relacionadas à saúde, à higiene e à segurança nas agências da Previdência Social nos municípios de Cariacica e Vila Velha.

RADAR TRABALHISTA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Auditores Fiscais do Trabalho resgatam 29 trabalhadores em condições análogas à escravidão em pedreiras da Bahia e Pernambuco](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/07/2026

Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizaram uma operação que culminou no resgate de 29 trabalhadores que viviam sob condições de trabalho análogas à escravidão em pedreiras localizadas na região dos municípios de Sento Sé (BA), Casa Nova (BA), Juazeiro (BA) e Santa Cruz (PE). De acordo com a fiscalização, os trabalhadores eram responsáveis pela extração de pedras utilizadas para a pavimentação, inclusive em obras das prefeituras da região.

[Auditor Fiscal do Trabalho alerta que emendas ao Estatuto do Aprendiz podem extinguir 700 mil vagas](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/07/2026

O Auditor Fiscal do Trabalho, coordenador de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Rio de Janeiro e representante do SINAIT, Ramon de Faria Santos, destacou nesta terça-feira (14) que, caso sejam aprovadas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei (PL) nº 6.461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, o programa poderá perder mais de dois terços das vagas de aprendizagem no país. As emendas propõem a redução da base de cálculo das cotas obrigatórias para contratação de aprendizes.

[SINAIT participa de cerimônia de posse do novo superintendente da SRTE-PA](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/07/2026

Nesta segunda-feira, 13 de julho, tomou posse o novo superintendente Regional do Trabalho no Pará (SRTE-PA), Edilson Moura. A cerimônia contou com a presença da diretora



RADAR TRABALHISTA

do SINAIT Rosângela Rassy. O evento ocorreu no auditório da SRTE-PA, em Belém, e teve a participação do ex-senador Paulo Rocha, da ex-governadora Ana Júlia, do ex-superintendente da SRTE-PA, Paulo Gaia, da desembargadora do TRT/8ª Região, Maria de Nazaré Rocha, além de representantes de sindicatos de trabalhadores e federações patronais. Para Edilson Moura, professor e cientista social, com passagem por cargos no Legislativo e no Executivo, é uma honra participar da gestão da SRTE-PA. “É uma nova experiência de gestão e pretendo contribuir para a defesa do trabalhador e da sociedade brasileira”.

RADAR TRABALHISTA

e-Social

[Antecipação de atividades para implantação do CNPJ Alfanumérico](#)

e-Social - 15/07/2026

Durante o processo de implantação do CNPJ Alfanumérico, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) vem realizando uma série de testes e validações destinados ao aprimoramento da estratégia de implantação e à otimização da janela de migração para produção. Em razão dos resultados obtidos, o Serpro comunicou à Receita Federal a necessidade de antecipar parte das atividades previstas para a implantação do Sistema CNPJ, de modo a possibilitar melhor distribuição dos procedimentos técnicos ao longo do cronograma de implantação, mitigando riscos operacionais e contribuindo para a execução segura da migração.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Gestante que abandona emprego não tem direito a receber indenização](#)

Consultor Jurídico - 18/07/2026

A recusa de uma gestante a retornar ao trabalho não gera indenização caso a dispensa não tenha sido consumada, afastando a incidência do Tema 134 do Tribunal Superior do Trabalho. O entendimento estabelece que, para a tese ser aplicada, deve existir a comprovação da demissão. Com esse fundamento, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) negou o pedido de uma gestante que buscava indenização por danos morais sob a alegação de ter sido demitida durante o período de estabilidade gestacional e de ter sido submetida a condições de trabalho incompatíveis com seu estado de saúde.

[Empregado não pode ser excluído de festa por estar em aviso prévio](#)

Consultor Jurídico - 17/07/2026

Mesmo que um empregado esteja cumprindo aviso prévio, a empregadora não pode excluí-lo deliberadamente de eventos oferecidos aos demais membros da empresa. A atitude viola os direitos da personalidade do trabalhador e gera a obrigação de indenizá-lo. Esse foi o entendimento da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), que condenou uma empresa ao pagamento de indenização por danos morais a um funcionário excluído de uma confraternização.

[Papel e competência do SUS para ações de proteção do meio ambiente do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 17/07/2026

Na forma da lei brasileira a tarefa de preservação e proteção do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador, incluindo as normas de segurança, medicina e higiene do trabalho é da competência do Sistema Único de Saúde (SUS), como consta do artigo

RADAR TRABALHISTA

200 e incisos II e VIII da Constituição: “Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...) II — executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador. (...) VIII — colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.

[GPS e check-in em app comprovam horas extras em jornada de vendedor externo](#)

Consultor Jurídico - 16/07/2026

O avanço tecnológico permite que empresas controlem o horário de quem trabalha na rua com o uso de ferramentas, como GPS e aplicativos de celular. Quando o empregador exige registros de visitas em tempo real, é afastada a exceção legal do trabalho externo, garantindo ao empregado o direito a horas extras. Com base nesse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18) manteve a condenação de uma empresa de representação comercial ao pagamento de horas extras a um vendedor.

[Motivo de força maior isenta empresa de multa por não cumprir cota para PcD](#)

Consultor Jurídico - 16/07/2026

Uma empresa não deve ser multada por descumprir a cota legal para contratação de pessoas com deficiência se ela comprovar que se esforçou para cumpri-la, mas não obteve sucesso por razões alheias à sua vontade. Com esse entendimento, a juíza Letícia Costa Abdalla, da 1ª Vara do Trabalho de Nova Friburgo (RJ), anulou uma multa que foi aplicada a uma empresa de engenharia que descumpriu a cota de empregados com deficiência durante a pandemia.

[TST condena estatal por expor empregada que ajuizou ação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 16/07/2026

RADAR TRABALHISTA

A divulgação, em intranet corporativa, de uma lista com nomes de empregados que moveram ações trabalhistas contra a empregadora viola a privacidade e a segurança. Essa conduta expõe o trabalhador de forma indevida e gera o dever de indenizar por dano moral, mesmo na administração pública. Com base neste entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a um agravo e manteve a condenação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) ao pagamento de indenização a uma empregada que teve seus dados expostos.

[Renúncia ao trabalho durante afastamento psicológico é inválida](#)

Consultor Jurídico - 14/07/2026

A assinatura do termo de renúncia à reintegração ao trabalho não pode ocorrer durante o período de afastamento do emprego por doença, especialmente por condições psicológicas. O ato compromete a validade do documento e gera vício de manifestação de vontade, tornando a renúncia passível de anulação.

[Greves no século 21: Attensity](#)

Consultor Jurídico - 13/07/2026

Atualmente vivemos — e muito disso advém das redes sociais, que nos moldam e nos escravizam em bolhas limitantes à entrada de pensamentos críticos-individualizados — num lugar de fala que se expressamente não nos proíbe, nos inibe a pensar diferente, e, claro, com isso a concordar com o diferente...É preciso — à lá Fernando Pessoa — ouvir com audição ativa o “outro”, e compreender verdades que vão muito além de soberbas narrativas ideologicamente militantes-limitantes a nos tornar seus corifeus prisioneiros.

[Empresas devem indenizar ex-funcionário por associar orientação sexual a HIV, afirma TRT-10](#)

Consultor Jurídico - 13/07/2026

RADAR TRABALHISTA

A 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) condenou solidariamente três empresas a pagar indenização por danos morais a um ex-empregado vítima de homofobia. O autor afirmou ter sofrido assédio e ofensas de cunho homofóbico e sorofóbico em um e-mail enviado por um dos sócios à secretária, com o funcionário em cópia.

[Juíza multa advogados por comando oculto para IA em contestação](#)

Migalhas - 19/07/2026

A juíza do Trabalho Vivian Pinarel Dominguez, da 9ª vara do Trabalho de São Paulo, condenou dois advogados ao pagamento de multa por litigância de má-fé após identificar a inserção de um comando oculto (prompt injection) em contestação apresentada nos autos. A magistrada entendeu que as instruções, destinadas a influenciar ferramenta de inteligência artificial utilizada pelo juízo para processamento do documento, representaram tentativa deliberada de manipular a atividade jurisdicional, em afronta aos princípios da cooperação, da lealdade processual e da boa-fé objetiva.

[TRT-2 garante teletrabalho e jornada reduzida a empregada com autismo](#)

Migalhas - 16/07/2026

A 17ª turma do TRT da 2ª região manteve decisão que assegurou a uma desenvolvedora web com transtorno do espectro autista o direito ao teletrabalho integral e à redução de 30% da jornada, sem diminuição salarial ou compensação de horário. O colegiado também confirmou o pagamento dos salários referentes ao período de limbo previdenciário e a indenização de R\$ 10 mil por danos morais.

[Surgimento da IA coincide com aumento no ajuizamento de ações](#)

Migalhas - 16/07/2026

A inteligência artificial já está alterando a quantidade e a forma das ações que chegam

RADAR TRABALHISTA

ao Judiciário? Como em toda boa investigação, esta pauta não promete uma resposta. Propõe uma pergunta e parte da velha desconfiança de que há mais entre o céu e a terra do que sonha a nossa vã filosofia. Em termos menos poéticos: o avanço da IA generativa e o aumento da litigiosidade no Brasil podem não ser uma mera coincidência.

[Juiz não vê discriminação em peça teatral sobre acidente de trabalho](#)

Migalhas - 15/07/2026

O juiz do Trabalho substituto Lucas Falasqui Cordeiro, da 2ª vara do Trabalho de Campinas/SP, negou pedido de indenização por danos morais decorrente de peça teatral exibida durante SIPAT em 2023, ao concluir que a encenação estava protegida pela liberdade artística, utilizou recursos típicos do humor e não teve conteúdo discriminatório.

[Advogado é multado em R\\$ 32 mil por prompt oculto usado para “testar” juiz](#)

Migalhas - 14/07/26

O juiz de Direito Philippe Guimarães Padilha Vilar, da 5ª vara Mista de Sousa/PB, manteve a condenação de R\$ 32,8 mil imposta a um advogado pela inserção de comandos ocultos de inteligência artificial em uma petição. Ao rejeitar os pedidos de reconsideração apresentados pela defesa, o magistrado preservou as duas multas de R\$ 16,4 mil e determinou o cumprimento das sanções anteriormente impostas.

[Trabalhadora trans impedida de usar banheiro feminino será indenizada](#)

Migalhas - 14/07/2026

Trabalhadora trans que sofreu práticas discriminatórias durante contrato de experiência, como desrespeito ao nome social e restrição ao uso do banheiro feminino, será indenizada em R\$ 13,2 mil por danos morais. A decisão é do juiz do Trabalho Carlos Adriano Dani Lebourg, da vara de Guaxupé/MG.

RADAR TRABALHISTA

[Employer aponta desafios do RH diante das novas regras trabalhistas](#)

Migalhas - 13/07/2026

A gestão de pessoas entrou definitivamente na agenda estratégica das empresas. O primeiro semestre de 2026 mostrou que acompanhar a legislação trabalhista já não é suficiente: o RH passou a ser peça-chave para transformar novas regras em processos, reduzir riscos e preparar as organizações para um ambiente regulatório mais complexo. O cenário ajuda a explicar essa mudança. Em 2025, o Brasil registrou 546.254 benefícios por incapacidade temporária relacionados a transtornos mentais e comportamentais, alta de 15,66% em relação ao ano anterior, segundo o Ministério da Previdência Social.

[Bancária do Santander que competiu fisiculturismo durante licença tem justa causa anulada](#)

Migalhas - 13/07/2026

O Santander deverá reintegrar uma bancária dispensada por justa causa após participar de competições de fisiculturismo durante afastamento previdenciário por transtornos mentais. Para a 4ª turma do TRT da 5ª região, a prática esportiva, isoladamente, não comprova fraude ao benefício nem configura falta grave, sobretudo quando há indicação médica para a realização de atividade física como parte do tratamento.

[Em uma década, Burnout levou mais de 22 mil trabalhadores à Justiça](#)

Jota - 15/07/2026

Um levantamento da Predictus aponta que, na última década (2016-2026), 22.815 ações trabalhistas relacionadas ao Burnout – síndrome de esgotamento profissional – foram ajuizadas no país, acumulando mais de R\$ 9,94 bilhões em valores de causa. De acordo com o estudo, o número de processos sobre a matéria aponta um crescimento de 400% entre 2016 e 2025. A pesquisa analisou ações ajuizadas entre janeiro de 2016 e abril de 2026, com o montante de 11.287 empresas mapeadas.

RADAR TRABALHISTA

[Técnico de manutenção em elevadores receberá adicional de periculosidade por risco de choque elétrico](#)

Revista Proteção - 17/07/2026

O trabalhador que atua na manutenção de elevadores tem direito ao adicional de periculosidade pela exposição ao risco de choque elétrico. Esse foi o entendimento unânime da 1ª Turma de Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-GO) ao negar o recurso de uma empresa de elevadores e manter a condenação ao pagamento da verba salarial.

[Auditoria-Fiscal do Trabalho embarga obra em Santa Maria/RS após identificar risco de acidentes](#)

Revista Proteção - 16/07/2026

A Auditoria-Fiscal do Trabalho, vinculada à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego, determinou o embargo total de uma obra de drenagem urbana executada na região central de Santa Maria (RS), após identificar situações de grave e iminente risco à segurança e à saúde dos trabalhadores durante fiscalização realizada no dia 13 de julho de 2026.

[Após consulta pública, texto final da NR 4 deve ser construído](#)

Revista Proteção - 16/07/2026

Encerrou ontem a consulta pública sobre o novo texto do Anexo I da Norma Regulamentadora nº 4 (NR 4), que trata da relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e dos respectivos Graus de Risco para os Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). A Portaria MTE nº 203, publicada em 1º de junho, abriu a consulta pública que, durante 45 dias, recebeu contribuições de empregadores, trabalhadores, governo, profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho, sindicatos e demais entidades representativas.

RADAR TRABALHISTA

[TST reconhece periculosidade com base em risco diverso do indicado na inicial](#)

Revista Proteção - 14/07/2026

A 7ª Turma do TST decidiu que o reconhecimento do adicional de periculosidade não fica limitado, necessariamente, ao risco inicialmente descrito na petição inicial, desde que a condição perigosa seja comprovada por perícia técnica. No caso analisado, o trabalhador ingressou com ação trabalhista, pleiteando o recebimento de adicional de periculosidade, sob a alegação de que trabalhava exposto a gases explosivos e inflamáveis. Contudo, o laudo pericial concluiu pela caracterização de periculosidade em razão da exposição a roubos e violência física nas atividades de segurança patrimonial, hipótese prevista no Anexo 3 da NR-16.

[Agência europeia destaca estudos de caso intersetoriais sobre prevenção dos riscos psicossociais na prática](#)

Revista Proteção - 14/07/2026

Nove novos estudos de caso da EU-OSHA (Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho) apresentam exemplos inspiradores da vida real sobre a forma como os locais de trabalho em toda a Europa estão transformando a sensibilização em ação para apoiar a saúde mental — o tema central da próxima Campanha «Locais de Trabalho Saudáveis» intitulada «Juntos pela saúde mental no trabalho».

[NR 1: a juridicização da saúde mental no trabalho e seus reflexos](#)

Revista Proteção - 13/07/2026

Em pouco mais de um ano, a NR-1 deixou de ser um enunciado técnico sobre segurança do trabalho para tornar-se o eixo de uma controvérsia que reúne o Ministério do Trabalho, as confederações empresariais e o STF. A inclusão dos fatores de risco psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais reorganiza obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e tributária – e sua eficácia sancionatória encontra-se, no momento, sub judice.

RADAR TRABALHISTA

[Artigo: NR-1 e os fatores de riscos psicossociais: prevenir exige segurança jurídica](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/07/2026

A entrada em vigor das alterações promovidas na NR-1 recoloca no centro do debate a prevenção dos fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. O desafio, contudo, não está na existência dessa obrigação (que já encontrava fundamento na NR-17, por meio da Avaliação Ergonômica Preliminar – AEP e, quando necessária, da Análise Ergonômica do Trabalho – AET), mas na ausência de critérios técnicos objetivos para que as empresas possam identificar, avaliar, gerenciar e demonstrar o cumprimento da norma com a necessária segurança jurídica.

[Nova NR-1: especialistas esclarecem as principais dúvidas sobre as mudanças na norma](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/07/2026

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) trouxe mudanças importantes para a gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), especialmente com a inclusão dos riscos psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). As novas diretrizes reforçam a necessidade de que as empresas identifiquem, avaliem e gerenciem esses riscos de forma integrada às demais ações de prevenção, promovendo ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis. Para esclarecer os principais pontos da norma, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reuniu especialistas do Seconci-DF, do Seconci-SP e da entidade para responder às dúvidas mais frequentes sobre a aplicação da NR-1.

[CBIC abre inscrições para o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas da Indústria da Construção 2026](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/07/2026

As inscrições para o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas da Indústria da

RADAR TRABALHISTA

Construção (DNSSE) 2026 já estão abertas. As entidades interessadas em promover ações em escolas sobre medidas de segurança, prevenção de acidentes e promoção da saúde podem se inscrever até 14 de agosto para participar da mobilização nacional, que será realizada no dia 09 de outubro, em todo o país.

[Seconci Goiás incentiva a leitura e promove o descanso ativo no canteiro de obras](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/07/2026

A Gelateca Seconci chega ao canteiro de obras com uma ação no Residencial Vista América, obra da CMO Construtora. Essa é uma iniciativa sociocultural para ampliar o conhecimento do trabalhador da construção e de sua família, através do acesso à leitura, incentivando a busca por conhecimento e qualificação profissional, além de contribuir para mudar a relação com a leitura.

[Seconci-DF supera 84 mil atendimentos no primeiro ano da atual gestão](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/07/2026

No dia primeiro de junho de 2026, o empresário Eduardo Aroeira Almeida completou um ano como presidente do Serviço Social da Construção Civil do Distrito Federal (Seconci-DF). No período, foram realizados mais de 84 mil atendimentos nas áreas de medicina, odontologia, serviço psicossocial, além dos serviços de segurança do trabalho. Atualmente, a entidade reúne mais de 260 empresas e grupos empresariais associados, que representam cerca de 450 canteiros de obras na cidade.

[Emprego na construção desacelera no interior de SP em maio](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/07/2026

A construção civil apresentou desaceleração na geração de empregos formais nas regionais do SindusCon-SP em maio. Levantamento da entidade em parceria com o Instituto

RADAR TRABALHISTA

Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) mostra que seis das 11 regionais analisadas encerraram o mês com saldo negativo de vagas, diferença entre admissões e desligamentos. Apesar do recuo em maio, todas acumulam crescimento do emprego em 2026, com um estoque de mais de 841 mil trabalhadores com carteira assinada no estado de São Paulo.

[SECONCI Grande Florianópolis: atualização da NR-24 reforça saúde, conforto e segurança nos canteiros](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/07/2026

A Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24), que estabelece as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, passou por atualização e traz novas diretrizes para a utilização de instalações sanitárias móveis, contêineres e módulos pré-fabricados nos ambientes laborais, especialmente nos canteiros de obras. As mudanças definem critérios mais claros relacionados à qualidade das estruturas, manutenção, higiene, acessibilidade e condições de uso, com o objetivo de assegurar ambientes mais adequados e compatíveis com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[CIRCULAR Nº 1.118, DE 7 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 13/07/2026 Seção I Pág. 151) - Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[RESOLUÇÃO Nº 13, DE 8 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 13/07/2026 Seção I Extra Pág. 10) - Altera o Enunciado nº 19 do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, que trata da inexistência de carência para a concessão do benefício de salário-maternidade;

[PORTARIA MPS Nº 1.092, DE 13 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 14/07/2026 Seção I Pág. 108) - Estabelece para o mês de julho de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

[PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS Nº 66, DE 14 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 15/07/2026 Seção I Pág. 59) - Estabelece o instrumento a ser utilizado para avaliação da pessoa com deficiência em atendimento aos requerimentos de pensão por morte e auxílio-reclusão, até que seja aprovado o instrumento específico para a avaliação biopsicossocial;

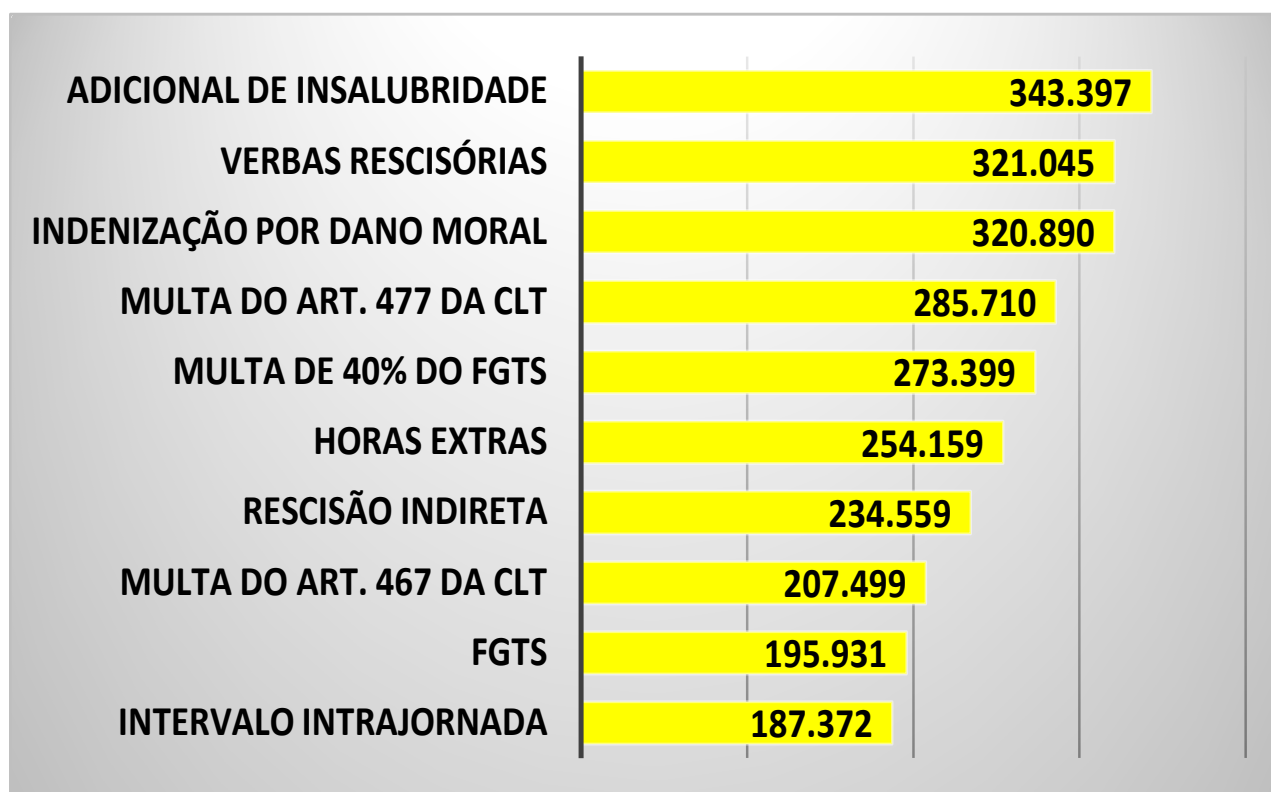
[PORTARIA MTE Nº 1.238, DE 15 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 16/07/2026 Seção I Pág. 114) - Altera a Portaria MTE nº 2.152, de 11 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a destinação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador de valores provenientes de condenações e acordos em ações civis públicas trabalhistas e de termos de ajustamento de conduta trabalhistas;

[PORTARIA MTE Nº 1.259, DE 15 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 16/07/2026 Seção I Pág. 114) - Inclui o item 35.4.5 na Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35) - Trabalho em Altura, altera a redação do Anexo III - Escadas de Uso Individual da NR-35 e altera a redação da Portaria nº 1.680, de 2 de outubro de 2025.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até maio de 2026 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico